

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo Regimental na AC nº 0305257-5

Embargante: José Hermínio de Pontes Neto

Embargado: Bione Corretora de Veículos Ltda - AVS Multimarcas

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acórdão

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONSTATAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA EM CHEQUE PRESCRITO. EMBARGOS MONITÓRIOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS E PROVAS ROBUSTAS QUE TIVESSEM O CONDÃO DE DESCONSTITUIR OS TÍTULOS APRESENTADOS COM A INICIAL. INVIABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. IRRESIGNAÇÃO. ACLARATÓRIOS QUE NÃO SE PRESTAM PARA REDISCUTIR O JULGADO.

1. Não existe omissão quando o julgado examina devidamente todos os aspectos relevantes da demanda, de forma clara, objetiva e em consonância com os preceitos legais;
2. Os aclaratórios não se prestam a discutir o acerto ou desacerto da decisão objurgada, não se podendo haver por ingênua, ou simplesmente combativa, a postura da parte que, a pretexto de esclarecer omissão manifestamente inexistente, busca mesmo é reformar a decisão. Para que sejam acolhidos, devem os embargos de declaração estar jungidos aos lindes da omissão, contradição ou obscuridade, bem como ao erro material, hipóteses que não se vislumbram nos autos;
3. O juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, desprezando a realização de audiência para a produção de provas ao constatar que o acervo documental é o suficiente para nortear e instruir seu entendimento, não se constituindo cerceamento do direito de defesa a rejeição de produção de quaisquer provas que entender impertinentes ao julgamento da lide.
4. Inexistentes as mazelas imprecadas contra o aresto embargado, nega-se provimento aos embargos declaratórios intentados com objetivo de inverter o mérito do julgado. Decisão à unanimidade de votos.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do TJPE, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** aos embargos de declaração opostos por **José Hermínio de Pontes Neto, conhecendo-os, porém, para fins prequestionadores**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de setembro de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo Regimental na AC nº 0305257-5

Embargante: José Hermínio de Pontes Neto

Embargado: Bione Corretora de Veículos Ltda - AVS Multimarcas

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório

José Hermínio de Pontes Neto interpôs os presentes aclaratórios em face do Recurso de Agravo encartado nos autos que manteve a determinação singular no sentido de considerar improcedente dos embargos monitórios e a validade da constituição do título executivo.

Nas razões em apreço, sob o argumento de existência de omissão, pretende o embargante ver alterada a decisão agravada, sob o fundamento de que teria ocorrido flagrante cerceamento de defesa, deixando o magistrado singular e esta instância revisora de considera-lo em toda sua extensão.

Ao final, pugnou para que seja enfrentada a questão arguida, reformando-se a decisão atacada para condenar a embargada nas penas do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, destacando ainda o caráter prequestionador dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 25 de Setembro de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo Regimental na AC nº 0305257-5

Embargante: José Hermínio de Pontes Neto

Embargado: Bione Corretora de Veículos Ltda - AVS Multimarcas

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto

O embargante invoca suposta transgressão do contraditório e da ampla defesa levada a efeito pelo Juiz sentenciante, bem como por esta instância revisora, por não se ter atentado para o acolhimento as provas requeridas na demanda.

Como bem se registrou na decisão embargada, o princípio fundamental da ampla defesa não produz o dever de efetivamente serem produzidas provas em um determinado processo, isso porque sua oportunidade e conveniência estarão sempre submetidas ao princípio do livre convencimento ou da persuasão racional do magistrado, podendo este decidir quais provas serão relevantes para o deslinde do conflito ou, se for o caso, julgar antecipadamente a lide.

Nesse aspecto, o Superior Tribunal de Justiça assim registrou, *in verbis*:

"o juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, desprezando a realização de audiência para a produção de provas ao constatar que o acervo documental é o suficiente para nortear e instruir seu entendimento. É do seu livre convencimento deferimento de pedido para a produção de quaisquer provas que entender pertinentes ao julgamento da lide. (AgRg no Ag 834.707/PR, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 27/03/2007).

In casu, não há como reconhecer o alegado cerceamento de defesa, uma vez que as circunstâncias do caso concreto e as provas até então produzidas no caderno processual autorizavam o julgamento antecipado na lide no estado em que se encontrava.

Outrossim, na hipótese, a perícia almejada mostrava-se ainda mais dispensável, uma vez que a condição de emitente dos títulos constou expressamente nos cheques acostados na inicial.

Em verdade, a controvérsia poderia ser solvida, na forma esperada pelo réu/embargante, caso houvesse a comprovação documental da fraude alegada, o que não ocorreu.

Com efeito, as alegações da embargante pugnam pela reabertura de discussão de matéria já decidida no acórdão embargado, o que é inadmissível em sede da espécie recursal manejada.

O que pretende através dos presentes embargos é rediscutir a matéria, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Assim entende a jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 7 E 211/STJ E 282/STF. 1. Ao Juiz cabe apreciar a lide de acordo com o seu livre

convencimento, não estando obrigado a analisar todos os pontos suscitados. 2. A ausência de prequestionamento, malgrado a oposição de embargos de declaração, atrai o óbice das Súmulas 211/STJ e 282/STF. 3. O revolvimento das provas não se viabiliza na via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. 4. Recurso especial improvido." (RESP 545.773/RN, STJ, Segunda Turma, unânime, Rel. Ministro Castro Meira, DJU 23/03/2007).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RESQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISÃO OU ERRO MATERIAL. SEU IMPROVIMENTO. 1. O limite funcional do tribunal no julgamento de embargos de declaração está delineado no art. 535 do CPC, qual seja, aclarar obscuridades, contradições, omissões e/ou erro material, com função meramente integradora. 2. A revisitação meritória da decisão originária está restrita ao recurso adequado e oportuno. 3. A base decisória fundou-se no princípio da isonomia. 4. Prequestionamento quanto à alegada negativa de vigência ao disposto no art. 39 da CF e Lei Estadual nº 10.748/92 que se verifica. 5. Aclaratórios à unanimidade improvidos." (EDCL 76246-1/01, TJPE, Oitava Câmara Cível, unânime, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, DJU 07/05/2007).

Assim, não havendo qualquer das situações elencadas no art. 535 do CPC, voto no sentido de **conhecer dos embargos para fins prequestionadores**, contudo, **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador relator